

Pela liberdade de ensino, público... (final)

Marco Maciel (*)

21 AGO 1985

O governo não quer balizar os termos desse novo entendimento, dessa base de definições, para

que a Nova República não seja apenas a expressão dos desejos e do poder do Estado, mas sim, sobretudo, resultado da vontade soberana, livremente expressa da sociedade. O Estado precisa deixar de ser entre nós o ser supremo e irrecorrible de todas as decisões, para transformar-se no mediador das aspirações e dos conflitos sociais que são inerentes à condição inata da própria conflitualidade humana.

E nesse sentido que encontro com otimismo a intensa e seguramente fecunda discussão em que se empenha o País. O governo da Nova



República tem exercido em todas as áreas — e muito particularmente na esfera de atribuição do Ministério da Educação — um papel de estimulador desses debates, dessa reflexão crítica, dessa discussão ampla, dessa busca de soluções para os nossos velhos, permanentes, aparentemente irremovíveis, desafiadores problemas. A escassez de recursos, os níveis de qualidade e excelência, os precários sistemas de recrutamento, avaliação e promoção de professores, as responsabilidades do Estado e da iniciativa privada, os padrões salariais, os sistemas de remuneração do magistério, o papel da escola e do lar na formação educacional da criança, a articulação entre os níveis e sistemas de ensino, a diversidade cultural e as peculiaridades dos diferentes meios, a associação entre ensino e pesquisa — nada

disso são desafios de hoje, nem apenas problemas nossos ou simplesmente contemporâneos. Muito mais do que isso, são questões permanentes a exigir soluções criativas, pesquisas sistemáticas, obstinação, persistência e devoção contínuas. Isto não é papel apenas do Estado nem função exclusiva do governo.

O que estamos fazendo, na realidade, ao multiplicar os foros de debate, criar comissões, definir padrões de procedimentos e projetos específicos de mudança, receber sugestões, ouvir reivindicações, confrontando-nos com desafios que se agravam e com conflitos que se podem tornar agudos, se não agirmos com indispensável espírito de tolerância e conciliação, não é nada mais do que preparar o advento das grandes mudanças, a partir de uma nova Constituição ampla, livremente debatida e soberanamente decidida.

AGO 1985
educação

Ao aventar as questões que preocupam a Nação, estou apenas antecipando o que julgo deva ser nossa próxima opção política: um regime francamente aberto a todas as opiniões, conciliador em torno de todos os posicionamentos, participativo em todas as questões. A educação brasileira tem, nesse processo, responsabilidades irremovíveis e inadiáveis, se é que pretendemos, como suponho, tornar realidade a meta que é hoje o centro de preocupações do ministério que dirijo, porque é, em última análise, o maior desafio de toda nação democrática e do espírito liberal que a concebeu: dar, como pretendemos, "educação para todos".

(*) Ministro da Educação, senador da República (PFL), foi deputado, presidente da Câmara Federal e governador de Pernambuco.